

Artigo Original

Política editorial e controvérsia científica em Estudos Agrários¹

 Joaquim A. P. Pinheiro¹

¹Professor colaborador da Faculdade de Planaltina - Universidade de Brasília (FUP/UnB), Brasília - DF, Brasil.
E-mail: joaquimpinheiro@gmail.com

 Fabrício M. Neves²

²Professor associado do Departamento de Sociologia da UnB, Bolsista de produtividade do CNPq, Brasília - DF, Brasil.
E-mail: fabriciomneves@gmail.com

Para replicação dos dados, ver: DOI: 10.48331/scielodata.E74XYW
DOI: 10.1590/3710905/2022

RESUMO: Interesses e relações de poder ocorrem na avaliação de trabalhos, em processo editorial realizado em periódicos científicos. Tais processos tornam-se mais evidentes em meio a controvérsias científicas. Argumentamos que a atuação de editoras e editores de periódicos é fundamental para compreender como interesses e relações de poder interferem na política editorial, em disputas por estabelecimento ou encerramento de controvérsias. O artigo analisa como políticas editoriais influenciam controvérsias científicas. A controvérsia proposta é o debate sobre o papel do campesinato na questão agrária, disputa orientada por diferentes pressupostos, e localizada principalmente no programa de pesquisa marxista. O *corpus* de pesquisa é formado por artigos, editoriais, livros e resenhas publicados em três periódicos internacionais de Estudos Agrários: *The Journal of Peasant Studies*, *Journal of Agrarian Change* e *Agrarian South: Journal of Political Economy*, além de entrevistas semiestruturadas com editores. Analisaram-se os conteúdos, a recorrência de temas e a atuação de editoras e editores no fluxo editorial. Diferentes modos de atuação de editoras e editores operam para omitir ou evidenciar posições na controvérsia, direcionando-a para o encerramento ou a continuidade do debate.

Palavras-chave: hierarquias epistêmicas; controvérsias científicas; política editorial; periódicos científicos; questão agrária.

Editorial policy and scientific controversies in Agrarian Studies

ABSTRACT: Situations demonstrate interests and power relations in evaluation of papers in scientific controversies in editorial process in journals. We argue the role of journal editors is fundamental to understanding editorial policy in situations of opening and closing controversies. The article analyzes how editorial policies interfere with scientific controversies. The controversy

¹ *Este trabalho é resultado de pesquisa desenvolvida na Universidade de Brasília (UnB) e contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Artigo recebido em: 11/08/2021 | Aprovado em: 22/12/2021



Este é um artigo publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

analyzed is the dispute over the role of the peasantry in the agrarian question, debate guided by different assumptions, carried out mainly in the Marxist research program. The research *corpus* consisted of articles, editorials, books and book reviews published in three international journals of Agrarian Studies: The Journal of Peasant Studies, Journal of Agrarian Change and Agrarian South: Journal of Political Economy, and semi-structured interviews with editors. Contents, recurrence of themes and the performance of editors in the editorial process were analyzed. Different ways of action by editors operate to omit or highlight positions in the controversy, guiding to the closure or continuity of the debate.

Keywords: epistemic hierarchies; scientific controversies; editorial policy; scientific journals; agrarian question.

Introdução

A atuação de editoras e editores no processo editorial de periódicos científicos é fundamental na circulação do conhecimento. O poder conferido aos membros desses coletivos, como intérpretes e responsáveis pela linha editorial, assegura a possibilidade de influenciar agendas de pesquisa, selecionar temas de estudo e abordagens teóricas a serem destacadas. Além disso, o comitê editorial escolhe a equipe de revisão e faz a mediação da relação entre quem analisa e quem tem o manuscrito analisado, etapas sensíveis do processo editorial. É nesse papel de mediação, que poderes são conferidos ao comitê editorial, o qual pode encaminhar ou não artigos, arbitrar divergências e julgar a pertinência e a adequação à linha editorial do periódico. Tal poder também interfere em situações nas quais existem disputas de posições, conhecidas como controvérsias científicas. Ato contínuo, comitês editoriais interferem no desenrolar do debate e podem propiciar condições favoráveis a uma das posições. Neste artigo, analisa-se como políticas editoriais influenciam o desenvolvimento de controvérsias a partir de posições assumidas por editoras e editores.

O artigo traz o debate sobre controvérsias e a produção do conhecimento em periódicos científicos internacionais de Estudos Agrários, seguido da análise sociológica do processo político-editorial. Posteriormente, são apresentadas a metodologia e a controvérsia objeto de investigação, o papel do campesinato na sociedade capitalista², e mapeiam-se participantes e contextos em que ocorreu a controvérsia. Na sequência, analisam-se o debate e a atuação de editores dos periódicos, delineando modos de atuação que evidenciam ou omitem posições e argumentos na controvérsia, contribuindo para seu encerramento ou continuidade. Na última parte, apresenta-se nota sobre processos de hierarquização do conhecimento, a partir do que foi discutido sobre o papel do campesinato na questão agrária. Por conclusão, fazem-se considerações finais.

Controvérsias e a produção do conhecimento em periódicos científicos

Fazer ciência, de modo geral, pressupõe um conjunto de regras pré-fixadas, que organizam a compreensão e a interpretação de fatos. Por meio de tais regras, de forma tácita ou não, cientistas tendem a reproduzir regularidades que estabilizam a ordem científica e social (Collins, 2011). O apego a processos de produção de conhecimento já consolidados reduz a percepção de novas situações e a produção de novas interpretações, estabilizando fatos, realidades, práticas e linguagens (Collins, 2011).

No entanto, Collins (2011) verificou que, em determinados momentos, teorias, conceitos e métodos consolidados são questionados. Para ele, fatores extra científicos contextuais

² Trata-se de um debate clássico, que perdura nos tempos atuais em discussões acadêmicas sobre a questão agrária, nos movimentos sociais do campo e entre tomadores de decisão de políticas públicas para o rural. O recorte metodológico da pesquisa restringe o debate a três periódicos científicos.

influenciariam a validação e a aceitação dos resultados de pesquisas. Nesses termos, ele buscou compreender os mecanismos contextuais que influenciam o debate científico, para além do mero embate de posições durante processos de justificação do conhecimento (Collins, 1981, 2011). Compreender tais mecanismos contextuais extra científicos, que influenciam a produção do conhecimento científico, é abrir a caixa-preta³ da ciência, contra a tendência de percebê-la por meio de rotinas, práticas e linguagens assentadas. Nesses momentos de suspensão de rotinas científicas consolidadas é que emerge o que se consolidou chamar de controvérsias científicas.

Caixas-pretas e controvérsias são, portanto, momentos opostos da ciência. A caixa-preta relaciona-se à situação assentada da ciência, em que a interpretação resultante é aceita pela maioria das pessoas e representa uma certeza robusta, intemporal e uma base sólida para a ação (Latour, 2000). A controvérsia, por sua instabilidade e exigência de tomada de posição de cientistas, possibilita o surgimento de conjecturas e afirmações, a partir das quais nada pode, ainda, ser concluído (Latour, 2000). São características de momentos nos quais ainda não há consenso sobre teorias, conceitos e métodos (Mattedi, 2006). É no ambiente das controvérsias, que *começamos a enxergar melhor o que significa fazer ciência* (Collins e Pinch, 2003, p. 22); ou seja, em que somos capazes de observar a "ciência em construção".

As controvérsias também colocam em questão a competência de participantes, pois não há concordância no critério para delimitar a capacidade ou a qualificação para realizar tarefas e obter o poder ou a autoridade.⁴ Assim, cientistas discordam entre si, não apenas a respeito dos resultados, mas também sobre a qualidade do trabalho e a competência uns dos outros. Segundo Latour (2000), acompanhar a progressão de uma controvérsia em periódicos científicos é considerar não somente o artigo que lançou o debate, mas também os trabalhos caudatários dele, que se convertem em seu reforço ou questionamento; afinal, nenhum trabalho científico é capaz de fixar essas posições sem a ajuda dos outros (Latour, 2000, p. 69).

Collins (2011) aponta que controvérsias são resolvidas com a prevalência de uma das posições no debate, ou são abandonadas por desinteresse de seus participantes ou da comunidade que acompanha a disputa. No presente trabalho, consideraremos publicações como um dos meios para identificar a prevalência de uma das posições da controvérsia; ou seja, seu sucesso como meio de sustentação de uma determinada ordem científica. Para ter sucesso, o artigo necessita de ampla repercussão na comunidade ou disciplina, tornando-se uma referência para outros cientistas e acadêmicos, ao ser citado. A mudança de *status* de uma controvérsia - de aberta para encerrada - ocorre quando o argumento ou a tese vencedora são citados de forma generalizada como referência, sem modificação ou contestação relevante (Latour, 2000). Novos artigos citarão o artigo que venceu o debate e reforçarão a sua posição, reiterando-a como fato consolidado.

A controvérsia segue o curso do encerramento, quando *mais pessoas acreditam nela e a usam como caixa-preta* (Latour, 2000, p. 72). Este processo ocorre por meio da *estilização* da teoria ou abordagem, bem como de sua transformação em conhecimento tácito, pré-requisito necessário para a estabilização de nova ordem científica. Segundo Latour, a *estilização* é resultado do uso contínuo que se faz da teoria ou abordagem, em que há uma "erosão" e "polimento" do sentido originalmente proposto pelo autor ou pela autora, passando a ser referenciada como uma questão estabilizada, sobre a qual não se fazem indagações.

³ Latour (2000) usa a expressão "caixa-preta" para se referir a algo muito complexo e desnecessário de ser enunciado. O desenho de uma caixa-preta indica algo do qual não é necessário saber nada, somente o que nela entra como dado primário e sai como uma interpretação.

⁴ A disputa de posições em uma controvérsia pode ser também considerada como uma "luta" no campo científico, espaço em que está em jogo o monopólio da autoridade científica (Bourdieu, 1983).

A ciência controversa entra em sua fase de rotina; nesta, uma nova ordem científica se instaura, por meio de muitos aliados (Latour, 2000). Entre eles, o fluxo contínuo de textos que referenciam argumentos estabilizados é fundamental para a superação de ordens controversas, ainda que de forma precária. Não há ordem científica estável sem a colaboração incessante de porta-vozes, principalmente com poder de manutenção e definição do sentido e volume do fluxo. É neste sentido que defenderemos a ideia de que os editores de periódicos científicos são fundamentais para o estabelecimento e o encerramento de controvérsias, como se verá a seguir.

Política editorial na atuação de editoras e editores

Este trabalho discutirá a situação em que há intensa participação de editoras e editores em todas as etapas do processo editorial, mediando a relação entre revisoras, revisores, autoras e autores de manuscritos, pois é esta que deixará mais exposto o poder de intervenção em controvérsias.⁵ Destacaremos quatro momentos que possibilitam compreender tal poder: a aceitação, ou não, do manuscrito para submissão à avaliação; a seleção de revisoras e revisores; o acompanhamento da revisão por duplo cego; e a definição de números especiais. Essas etapas funcionam praticamente como processos de estabelecimento e negação de novas ordens científicas, e estão sujeitas às características contextuais que incidem na atuação de editores e editoras.

Cabe à editora ou ao editor-chefe reconhecer, inicialmente, a adequação do manuscrito ao âmbito, ao escopo e à linha editorial, e, também, os temas de interesse de artigos a serem publicados no periódico. Além disso, considera-se a relevância do trabalho proposto, ou seja, o modo como a autora ou autor desenvolvem a argumentação na arena comum de discussão do público do periódico. Esse momento ocorre antes da submissão do manuscrito, no contato inicial da autora ou do autor, por meio de apresentação prévia do trabalho e do resumo à editora ou editor do periódico.

Já, nesse momento, há discricionariedade na mediação do processo editorial, apesar da existência de diretrizes definidas na linha editorial que orientam a atuação de editoras e editores. Essa possibilidade de ação, inerente ao processo editorial, pode influenciar o destino de agendas de pesquisa e abrir novos campos de conhecimento, ao mesmo tempo que interfere em sistemas de reconhecimento e distribuição de recursos. Nesse sentido, [...] editores de periódicos são os gatekeepers da ciência, rastreando as informações que podem circular entre membros de uma disciplina (Crane, 1967, p. 195).

Neste momento de mediação, não há anonimato, já que editores e editoras têm acesso aos dados completos dos autores e autoras. Mesmo se houvesse, *existem sempre avaliadores que reconhecem o trabalho dos amigos. A identidade de um autor famoso é reconhecida por seu estilo e orientação teórica* (Crane, 1967, p. 196). Desta forma, editores e editoras são “superconsciências” do processo editorial, que orientam e direcionam o processo de acordo com pressupostos – nem sempre conscientes – relacionados à trajetória e afiliações acadêmicas (Crane, 1967).

São editores e editoras que, num processo de duplo cego, veem o que ninguém mais vê, medeiam o diálogo entre as partes, regulam o conteúdo e a conduta das partes envolvidas na conversa, e mantêm ou excluem o teor das comunicações. Ao final da revisão por duplo cego, ocorre mais uma vez o destaque do poder de editoras ou editores. O veredito dado na revisão por pares, seja de rejeição ou favorável à publicação, pode ser acatado, ou não, por editoras e editores.

⁵ Reconhecemos que os processos editoriais variam muito entre periódicos, sendo a atuação de editoras e editores mais ou menos delimitadas. A situação discutida neste artigo é um recorte de pesquisa.

Outra atividade importante no processo editorial é a definição de números especiais de periódicos, já que editoras e editores avaliam o tema a ser objeto de destaque e, portanto, enfatizam as agendas de sua preferência. Números especiais articulam trabalhos comuns em um mesmo tema selecionado pela pertinência, relevância e precedência em uma agenda de pesquisa ou debate, a partir do qual se reunirão artigos com o mesmo foco temático. Tais números funcionam como condensadores de agendas de pesquisa, muitas vezes tornando-se clássicos exatamente por isso. A amplitude de posições e perspectivas de manuscritos submetidos em número especiais é determinada por membro do comitê que acompanha o número especial, ou por editora ou editor convidados que o coordenam, a depender do modo como o periódico determina esse acompanhamento. Essa última situação se observará nos dois casos de números especiais de periódicos pesquisados.

Tais aspectos indicam a importância da análise de números especiais para compreender como as posições de editoras e editores permeiam a decisão do quê destacar, quem participará, as abordagens e as posições a serem publicadas. Ater-se ao processo editorial, focando em números especiais de periódicos centrais para determinadas agendas de pesquisa, pode ser uma maneira de aprofundar o estudo de controvérsias científicas. Mais do que isso, este foco pode ser uma maneira de compreender como controvérsias são abertas e encerradas pelos contendentes.

Mapeando os participantes da controvérsia

Para o recorte metodológico da pesquisa, tomamos um grupo de pesquisadores que participaram da controvérsia sobre o papel do campesinato na questão agrária, e que, seguindo Collins (1974), chamamos de *core set*: um grupo de cientistas que experimentam e teorizam na fronteira da ciência e que estão envolvidos em controvérsias científicas, mas também reflete(m) o(s) consenso(s) crescente(s) que resulta(m) da controvérsia (Pinch & Bijker, 2013, p. 35). O conceito de *core set* relaciona-se à rede de relações no interior de grupos de cientistas (Collins, 1974), assemelhando-se a uma teia de aranha: quando um se movimenta, os demais reverberam essa movimentação (Collins, 2011).

Os participantes do *core set* atuam como articuladores de argumentos, assumem posições no debate e, no caso desta pesquisa, compõem o comitê editorial dos periódicos, combinando autoria com editoria. O debate se desenrolou entre editores dos periódicos⁶: *The Journal of Peasant Studies* – JPS, *Journal of Agrarian Change* – JAC e *The Agrarian South: Journal of Political Economy* – AS.⁷ Os editores, definidos como membros do *core set* da controvérsia posta em questão, são Terence Byres e Henry Bernstein, editores do JAC, de 2001 a 2007, Saturnino “Jun” Borrás, editor do JPS, a partir de 2009, e Sam Moyo, editor do AS, de 2012 a 2015.

Byres e Bernstein foram professores do *School of Oriental and African Studies* - Soas, e são reconhecidos como pesquisadores sobre a questão agrária da Índia e da África, respectivamente. Byres foi também um dos editores fundadores do JPS, periódico de que Bernstein também foi editor, posteriormente. Os dois saíram do JPS por divergência

⁶ Os critérios de seleção dos periódicos foram: (i) são periódicos consolidados e reconhecidos na área de Estudos Agrários; (ii) o programa de pesquisa marxista é o campo discursivo e argumentativo comum; (iii) os artigos publicados nos periódicos impactam no debate acadêmico e político sobre a questão agrária no Zimbábue e promovem a produção e a circulação de análises e referências teóricas; (iv) ocupam lugares diferentes na geopolítica do conhecimento, a partir de posições de centros produtores de teoria e periferia fornecedora de dados a serem interpretados.

⁷ O JPS, criado em 1973, tem ancoragem institucional atual no ISS, na Universidade Erasmus, Haia, Holanda. O JAC, criado em 2001, é baseado no Soas, Universidade de Londres, Reino Unido. O AS, criado em 2012, tem sua base institucional no Sam Moyo African Institute for Agrarian Studies - Smaias, nome dado ao Instituto, em homenagem a Moyo, após sua morte, em 2015. Está sediado em Harare, Zimbábue.

com o *publisher*, para fundar o JAC. Byres e Bernstein são de origem europeia; ou seja, viveram experiências do debate intelectual em países de capitalismo central e interpretaram o desenvolvimento capitalista no campo, seguindo os cânones do marxismo clássico. Esta posição teórico-metodológica é importante para compreender a posição que eles assumem na controvérsia.

Moyo, por sua vez, seguiu a trajetória de intelectuais africanos que ressaltam a produção do conhecimento autônomo e endógeno. Ele é considerado um dos mais importantes pesquisadores sobre a questão agrária em África, especialmente no Zimbábue, seu país de origem. Moyo foi professor da Universidade do Zimbábue e sua trajetória acadêmica está relacionada à participação no Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África - Codesria. A perspectiva de produção do conhecimento científico do editor tem como base os contextos locais periféricos e as relações Sul-Sul.

Por fim, "Jun" Borras atuou como ativista nos movimentos camponeses das Filipinas, seu país de origem, no início dos anos de 1980. O editor-chefe deixou sua terra natal devido a ameaças políticas, e iniciou sua atuação acadêmica no *International Institute of Social Studies* - ISS. Ele é um dos mais reconhecidos pesquisadores do mundo sobre a questão agrária, desenvolvimento rural e movimentos sociais do campo na atualidade. Embora tenha tido um papel secundário na controvérsia, "Jun" Borras influenciou o desenrolar da disputa, assegurando que as posições divergentes fossem publicadas em um mesmo número especial do JPS.

A controvérsia assumiu maior evidência no debate internacional nas últimas décadas, em razão da disputa pela interpretação da reforma agrária no Zimbábue,⁸ em números especiais dos periódicos JAC e JPS; debate este, do qual os editores dos periódicos acima participaram intensamente e de diferentes maneiras. A controvérsia influenciou a criação posterior do AS, cujo objetivo foi publicar trabalhos de autoras e autores que não conseguiam inserir-se no debate internacional em consequência de posições assumidas, sendo que alguns deles se tornaram editores do AS. O debate sobre a questão agrária no Zimbábue é o fio condutor da controvérsia.

Em síntese, a controvérsia ocorreu em torno do debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo a partir da industrialização da agricultura, que a subordina, progressivamente, como produtora de matérias-primas para a indústria e consumidora de insumos industrializados. Tal mudança tem efeito global sobre o setor, impactando, sobretudo, na propriedade da terra e nas relações sociais no campo. Um dos efeitos na questão agrária é a substituição da mão de obra de trabalhadoras e trabalhadores agrícolas por máquinas, levando a mudanças no modo de produzir. Outro efeito de grande monta é a concentração da propriedade fundiária pela anexação de terras do campesinato, bem como sua transformação em proletariado rural ou urbano.

O tema leva a distintas interpretações do mesmo objeto. A "flexibilidade interpretativa"⁹ é facilmente identificada a partir das distintas posições no *core set*. Uma das posições na controvérsia considera que o desenvolvimento capitalista da agricultura conduz, inexoravelmente, à extinção do campesinato ou à sua permanência como classe social

⁸ A reforma agrária do Zimbábue é reconhecida como a mais recente experiência de redistribuição de terras. O problema da terra, neste país, pode ser resumido em três momentos. O primeiro foi a ocupação colonial britânica, que expropriou terras dos povos locais que passaram a trabalhar em fazendas de proprietários brancos. O segundo momento foi a Independência do país, após décadas de lutas, por meio de um acordo internacional que previu a transição pacífica de poder com uma reforma agrária baseada na compra e venda de terras mediante financiamento, mas que não propiciou redistribuição significativa de terras (LEBERT, 2006), sendo então retomados os conflitos fundiários. O terceiro momento foi a desapropriação de grandes extensões de terras de proprietários brancos, sem indenização, para redistribuir à população negra. Esta situação deflagrou um intenso debate internacional sobre a reforma agrária do Zimbábue a partir de diferentes lugares de interpretação e interesses, e aqui recortamos para análise o que foi realizado em periódicos científicos.

⁹ Collins (1981) definiu "flexibilidade interpretativa" como as distintas interpretações de um mesmo fenômeno em uma controvérsia.

residual e subordinada à economia capitalista. Autoras e autores que se alinham a essa posição, apesar de criticarem o desenvolvimento do capitalismo, consideram sua expansão no campo como uma etapa para a organização do trabalho na terra e para a dinamização das forças produtivas. Trata-se do fim da questão agrária e da “morte” do campesinato.

Byres e Bernstein, editores do JAC, convergem para a posição acima. Eles defendem que a questão agrária permanece em países pobres e representa um impedimento ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, capazes de gerar desenvolvimento econômico. Byres considera a questão agrária como “*uma característica central do atraso econômico*”. (Byres, 1991, p. 9). Bernstein converge com o argumento de Byres e considera que o trabalho assalariado rural é a perspectiva para camponeses transformados em proletários, consequência do aprofundamento do capitalismo no campo (Bernstein, 2004). Ele propõe uma “*nova questão agrária do trabalho*”, na qual a reivindicação por terra é substituída pela demanda por salário e emprego. Uma consequência dessa interpretação é a crítica à reforma agrária como processo redistributivo para resolver a questão agrária (Bernstein, 2004).

Outra posição na controvérsia considera que há resistências ao avanço do capitalismo no campo. Diversas lutas e organizações apontam para a reprodução do campesinato. O pressuposto é de que persiste a luta pela autonomia e pela permanência de populações no campo baseadas no trabalho familiar, na pequena propriedade da terra ou no uso comum.¹⁰ O argumento é de que há um processo de resistência à expansão capitalista e situações de recampesinização em curso que ocorrem de diversas formas. A posição aglutina investigadoras e investigadores que analisam a luta pela terra como mobilização pela libertação dos camponeses da exploração capitalista.

Moyo alinha-se a essa última posição. Ele ressalta que o campesinato persiste e constitui um problema teórico e empírico, e elabora sua interpretação da questão agrária a partir da análise de países capitalistas periféricos. Ele e o grupo de pesquisadores que coordenou consideram que os ajustes estruturais do neoliberalismo deterioraram as condições para a reprodução social de camponeses e trabalhadores, e estimularam a busca desesperada de alternativas econômicas e políticas (Moyo e Yeros, 2005) por meio da ressurgência de movimentos sociais do campo.

O debate entre essas posições e interpretações torna-se controverso não só em eventos internacionais e em textos publicados em periódicos, como também na luta por políticas editoriais que mobilizam os periódicos a assumir, na controvérsia, uma direção específica, conforme se verá a seguir.

O desenrolar da controvérsia e a atuação de editores dos periódicos

A análise da influência da política editorial de periódicos científicos, na abertura ou no fechamento da controvérsia considerada, visou identificar padrões editoriais, argumentos recorrentes e fases do debate. Para organizar os dados da pesquisa, identificamos três fases da controvérsia; a saber, lançamento, abandono e retomada. O lançamento da controvérsia foi a fase em que o tema surgiu na agenda de debate nos periódicos em questão e atraiu pessoas para se posicionarem por meio de artigos. A fase do abandono ocorreu pela apresentação de argumentos que indicaram a tentativa de encerrar a controvérsia por meio da estabilização do debate em torno de uma posição, do desestímulo a outros participantes a continuar o debate, e pelo convencimento da comunidade científica, ou acadêmica, de que não apareceram novos argumentos. A retomada foi a fase de

¹⁰ Não é nosso objetivo discutir o conceito de campesinato e sua abrangência, e reconhecemos a diversidade de grupos que resistem à expropriação de suas terras.

apresentação de novos argumentos com interpretações diferentes a partir de um novo contexto da disputa.

O início da controvérsia ocorreu em 1973, no lançamento do JPS, do qual Byres foi editor. O periódico publicou, em seu primeiro número, dois artigos que apresentaram argumentos de cada uma das posições na controvérsia. Teodor Shanin, editor fundador do JPS e autor de um dos artigos, tratou da lógica do camponês e sua especificidade no sistema capitalista (Shanin, 1973). Eric Hobsbawm, autor do outro artigo, considerou o campesinato uma classe que não possui projeto político para realizar a transformação social e está a reboque de outras classes (Hobsbawm, 1973). A partir desse primeiro momento, a controvérsia prosseguiu em números posteriores do JPS e envolveu outros autores. Na edição de 1975, Corrigan (1975) apresentou contra-argumentação a Hobsbawm. Na mesma edição, os editores do JPS, dentre os quais Byres e Shanin, permitiram que Hobsbawm (1975) respondesse aos argumentos de Corrigan. Os editores possibilitaram que posições divergentes na controvérsia ocupassem o mesmo espaço na publicação. Esses debates pioneiros ocorreram entre 1973 e 1975. Os artigos anteciparam os argumentos que foram apresentados nos números especiais do JAC e do JPS, cujo tema foi a reforma agrária no Zimbábue, iniciada em 1980.

A posição pelo abandono da controvérsia ocorreu no ano de lançamento do JAC, em um número especial sobre a reforma agrária no Zimbábue, em 2001, e reuniu autoras e autores de trabalhos apresentados em um *workshop* sobre esse tema, realizado na Universidade Yale, Estados Unidos, no ano anterior. Bernstein foi o responsável do comitê editorial do JAC por acompanhar o número especial,¹¹ e convidou Eric Worby, professor da Universidade Yale e um dos organizadores do evento, para ser editor especial e coordenar o processo editorial do número especial com trabalhos resultantes do *workshop*, juntamente com outras pessoas.

Bernstein interveio significativamente no número especial do JAC sobre a reforma agrária do Zimbábue, seja na indicação do editor-especial, seja na leitura e comentário de manuscritos. Este foi o modo de influenciar como o tema seria abordado e, também, nas posições expressas nos artigos. O papel de editor responsável do JAC pelo número especial garantiu a Bernstein uma posição destacada, com poder de comentar e influenciar as análises de manuscritos, e aceitá-los ou não, antes mesmo da revisão por pares - o que ocorreu de modo mais evidente nos artigos que manifestaram agradecimentos a Bernstein pelas considerações e comentários feitos durante a elaboração dos manuscritos. Worby (2001), em seu artigo de abertura do número especial, agradeceu a Bernstein pela indicação para publicar os trabalhos do *workshop*, em número especial do JAC, e pelo apoio e incentivo ao trabalho editorial. Rutherford (2001) agradeceu a “*forte assistência editorial*” de Bernstein. Hughes (2001) reconheceu a contribuição de comentários de Bernstein, quando o artigo ainda era rascunho; e Lahiff e Cousins (2001) também agradeceram os comentários de Bernstein ao seu artigo. Ou seja, Bernstein atuou ativamente no processo editorial do número especial do JAC, instituindo o modo do debate.

Os artigos, em sua maioria, apresentaram análises que desqualificavam a redistribuição de terras no Zimbábue por meio da ruptura com o Estado de direito colonial, combinada às ocupações de terra que puseram em colapso a agricultura capitalista de larga escala. (Worby, 2001; Alexander e McGregor, 2001; Hammar, 2001; Lahiff e Cousins, 2001). As principais questões apontadas para a mudança agrária no Zimbábue foram a desestruturação da produção agrícola capitalista, a violência das ocupações de terra, a repressão do aparelho de Estado sobre a oposição política, e o rompimento da ordem institucional

¹¹ Conforme informou um editor do JAC, em entrevista realizada em 03/07/2017, é prática no JAC que um dos membros do conselho editorial do periódico assumia a atribuição de acompanhar números especiais. O entrevistado autorizou a divulgação de depoimentos para fins acadêmicos.

com o Estado de direito. As autoras e os autores não fizeram referência, por exemplo, à expropriação de terras da população negra durante o governo colonial da Rodésia, nome do Zimbábue anteriormente à Independência; tampouco citaram os privilégios de acesso a direitos sociais e de propriedade da terra prioritariamente para brancos. Tais argumentos estimularam a controvérsia. Autoras e autores que se opunham a essas interpretações não participaram do número especial do JAC; ou seja, foram silenciados na controvérsia.

Vejam os casos de Moyo, que tem posição divergente na controvérsia. À época, ele já era reconhecido internacionalmente como referência sobre a questão agrária no Zimbábue e na África. Ele foi citado em artigos do número especial do JAC, como especialista que possuía dados empíricos sobre o Zimbábue e conhecia a história e o desenvolvimento do país, mas ficou ausente do número especial. O próprio editor-especial, Eric Worby, agradeceu a Moyo a disponibilização de dados, ainda não publicados, para a elaboração de seu artigo. Autoras e autores de artigos do número especial, como Suzuki (2001), Hammar (2001), Nyambara (2001), Alexander e McGregor (2001), também fizeram referências a trabalhos de Moyo. Essa situação ressaltou o reconhecimento de Moyo, mas também sua ausência no número especial do JAC por expressar posição divergente. A apresentação de argumentos de somente uma posição da controvérsia reforçou a perspectiva de seu abandono e foi uma forma de silenciamento intelectual da posição oposta.

Após o número especial do JAC, houve uma tentativa de aproximação de Moyo com Bernstein, por meio do livro *Reclaiming the Land: the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America*,¹² editado por Sam Moyo e Paris Yeros, e publicado em 2005. A convite dos editores, o livro teve a participação de Bernstein, que escreveu um artigo sobre a África, no qual evitou argumentos controversos à posição de Moyo, optando por apresentar uma periodização da colonização da África que integra camponeses nas estruturas e circuitos da economia mercantil. Yeros relatou, em entrevista,¹³ que o objetivo da participação de Bernstein no livro, apesar do reconhecimento de posições divergentes, foi debater com o autor e tentar identificar posições convergentes.

A tentativa de aproximação foi frustrada, no ano seguinte, por um novo fato. Ben Cousins, colaborador regular do JAC e autor de artigos em coautoria com Bernstein, publicou no JAC uma resenha do livro *Reclaiming the Land*, em que concentrou críticas à Introdução e ao capítulo, ambos de autoria de Moyo e Yeros, tratando da questão agrária no Zimbábue. Cousins (2006) criticou a relevância dada aos movimentos sociais do campo e sua centralidade global, destacando que os casos apresentados no livro forneciam pouca evidência da importância das lutas por terra, por ele consideradas pouco organizadas e localizadas (Cousins, 2006). Yeros informou, na citada entrevista, que a publicação da resenha de Cousins, no JAC, demarcou o abandono definitivo da tentativa de estabelecer diálogo com Bernstein e os autores que se alinhavam a ele. A partir desse fato, Moyo e seu grupo acentuaram as críticas às posições de Bernstein e Byres.

Outro fato que contribuiu para o abandono da tentativa de diálogo entre as posições foi a frequente rejeição, pelo JAC, de manuscritos de autores alinhados às posições de Moyo. Pesquisadoras e pesquisadores vinculados a universidades da América Latina, Ásia e África constataram que, ao submeter seus manuscritos à avaliação no JAC, eram rejeitados após algumas rodadas de revisão. Entre os motivos estava a não adoção de referenciais teórico-metodológicos indicados pelos revisores na fase de análise do manuscrito e na escrita em inglês, que supostamente não estava adequada.

¹² A tese central do livro, apontada pelos editores na Introdução, é de que os movimentos rurais são, hoje, o núcleo de oposição ao neoliberalismo e a fonte de transformação democrática na política nacional e internacional (Moyo & Yeros, 2005), uma perspectiva oposta à de Bernstein.

¹³ Entrevista concedida em 11/05/2017. O entrevistado autorizou a divulgação do depoimento para fins acadêmicos.

A retomada do debate ocorreu no JPS, em 2011, com um número especial sobre os resultados da nova política de redistribuição de terras do Zimbábue, a *Fast Track Land Reform Program - FTLRP*.¹⁴ As duas posições na controvérsia foram retomadas em artigos que apresentaram análises divergentes e reforçaram as posições favoráveis e contrárias à redistribuição de terras. Ou seja, aqui a controvérsia ganhou novamente espaço, com a apresentação das duas posições contendentes. Nesse sentido, pode-se considerar este número especial como o resultado de uma prática editorial de reabertura da controvérsia. As editoras e os editores não informaram, no artigo de apresentação, a circunstância da proposição do número especial. Supõe-se que tenha seguido o fluxo mais comum, que é a apresentação de proposta ao editor-chefe, “Jun” Borras, e posterior decisão do comitê editorial. Entre editoras e editores estavam Jocelyn Alexander e Ben Cousins, que escreveram artigos no número especial do JAC e alinhavam-se às posições de Bernstein.

Houve uma diversidade de posições e análises sobre a redistribuição de terras no Zimbábue, no número especial do JPS. Moyo (2011) estava entre os autores de artigos que abordaram a mudança nas relações agrárias, a ampliação da base de produtores, o aumento da produção e a desracialização da propriedade da terra. Outros autores alinhados à posição de Moyo participaram do número especial do JPS (Chambati, 2011; Murisa, 2011), além de Scoones et al. (2011), que demonstrou a transformação da estrutura agrária com o surgimento de uma diversidade de novos agricultores com a *FTLRP*. Por outro lado, também participaram autores que retomaram argumentos com posições críticas à redistribuição de terras, já apresentados no número especial do JAC, tais como o critério político que beneficiaria aliados do governo. (Zamchiya, 2011; Marongwe, 2011).

Com o lançamento do número especial do JPS, em 2011, ocorreu uma mudança na direção do debate. A participação de Moyo, Chambati, Murisa e Scoones alterou, novamente, a tendência favorável ao fechamento da controvérsia, presente nos argumentos e práticas editoriais de Bernstein e Byres. A consolidação dos resultados da redistribuição de terra no Zimbábue e, fundamentalmente, seus indicadores positivos (Scoones et al., 2010) motivaram a retomada do debate e a reinterpretação das análises acerca da questão agrária e do campesinato, forçando a retomada da controvérsia. Uma possível explicação, agora de ordem editorial, para a posição de apresentar análises divergentes no número especial do JPS, foi a intervenção do editor-chefe, “Jun” Borras. Ele expressa a conhecida atitude de acompanhar os números especiais do periódico e buscar contemplar posições diferenciadas sobre temas, autoras e autores. “Jun” Borras considera que a reforma agrária é um importante tema no debate político e acadêmico nos Estudos Agrários na atualidade.

A retomada da controvérsia com o número especial do JPS foi seguida, em 2012, pelo lançamento do AS, periódico criado a partir da iniciativa de Moyo. O evento de fundação foi uma reunião de pesquisadoras e pesquisadores da África, Ásia e América Latina, com o objetivo de compartilhar resultados de investigações sobre questões agrárias em países periféricos. Participantes relataram ter passado pela experiência de submeter manuscritos ao JAC e serem rejeitados. O encontro tornou-se anual e deu origem à rede *Agrarian South*, cujo objetivo é produzir conhecimento para as realidades e aspirações dos povos do “*Sul Global*”, e desenvolver a capacidade autônoma de investigação, publicação e intervenção em debates nacionais e globais.¹⁵

O editorial do número de lançamento do AS apresentou os temas norteadores da linha editorial e assumiu a forma de manifesto contra a dependência intelectual em relação ao “Norte Global”; além disso, reafirmou as posições na controvérsia sobre o protagonismo do campesinato na questão agrária. O texto ressaltou que uma questão

¹⁴A *FTLRP* baseou-se na desapropriação de terras sem indenização aos proprietários e também implementada no controverso governo de Robert Mugabe.

¹⁵Fonte: <<http://www.agrariansouth.org/>>. Acessado em 20.5.2020.

agrária específica germinou sob o “*capitalismo periférico*” (Editorial, Agrarian South, 2012). Os editores, dentre os quais estava Moyo, salientaram, no editorial, as lutas camponesas nos países do “Sul Global”, como processos de recriação do campesinato, e apontaram a crítica aos investigadores e investigadoras dos países do Norte, que não reconheciam as especificidades do capitalismo periférico.

Em referência indireta aos editores fundadores do JAC, o texto questionou a perspectiva marxista clássica, que propôs o fim da questão agrária em razão do desenvolvimento capitalista da agricultura e o conseqüente desaparecimento do campesinato. O editorial destacou que alguns “progressistas” declaravam a questão agrária como “morta” e defendeu que o debate político mudou de direção a partir do interesse renovado pela África, Ásia e América Latina, palcos históricos para a retomada da questão agrária (Editorial, Agrarian South, 2012).

O editorial do AS indicou que a demanda por terra se expande em áreas rurais e continua a ser fundamental para a reprodução social das famílias do campo. Argumenta, ainda, que os movimentos sociais rurais se tornaram o centro de mobilização pela retomada das terras, por meio de ocupações em massa, entre outras táticas (Editorial, Agrarian South, 2012). Assim, os editores defenderam a recampesinização como um projeto moderno a partir de novas formas coletivas de produção, a absorção de trabalho e a industrialização sustentável (Editorial, Agrarian South, 2012, p. 10).

Em sua conclusão, o editorial retomou a crítica à hierarquia centro-periferia, que reproduz tacitamente a ideia de que o Norte é o horizonte para o Sul. Como dito, Byres e Bernstein não foram citados nominalmente, mas o editorial do novo periódico, já quando de seu lançamento, assumiu posições opostas a eles. Em outro momento, a controvérsia com os editores do JAC será assumida de maneira explícita, conforme segue.

A argumentação pela retomada da controvérsia foi reforçada por Yeros (2012), membro do comitê editorial do AS, que utilizou a estratégia, já traçada por Cousins, de criticar um dos editores do *core set* por meio de resenha publicada no AS, neste caso, a do livro “Dinâmicas de Classe da Mudança Agrária”, de Henry Bernstein (2011). O autor assinalou que Bernstein agitou o meio acadêmico, especialmente da África e da Ásia, ao apresentar a tese de que a “questão agrária clássica acabou”. A tese levantada no livro, e questionada por Yeros em sua resenha, é a do “desaparecimento do campesinato” e das lutas por sua reprodução no campo.

Yeros contrapôs-se à Bernstein por meio da tese, elaborada com Moyo, de que o campesinato permaneceu, durante muito tempo, reproduzindo-se de diferentes formas, incluindo o assalariamento eventual. Yeros criticou Bernstein por ele evitar a discussão sobre a mobilização social, ocorrida no Zimbábue desde o fim da Guerra Fria, para a realização da reforma agrária mais abrangente. Seu comentário foi de que Bernstein participou do debate como um *adversário intelectual da reforma agrária* (Yeros, 2012, p. 346).

A conclusão da resenha de Yeros recomendou a leitura do livro por suas deficiências e acrescentou que se trata de um exemplo de *imperialismo acadêmico inflexível, de tipo marxista, que, meio século após a descolonização, continua cheio de silêncios, evasões e desprezo por pesquisadores e debates no Sul* (Yeros, 2012, p. 346). A resenha de Yeros ao livro de Bernstein foi mais um momento da retomada da controvérsia.

Na edição seguinte, os editores do AS, Moyo, Jha e Yeros, ampliaram a controvérsia com referências diretas a Byres e Bernstein. Os editores escreveram um artigo (Moyo, Jha e Yeros, 2013), no qual se opuseram à análise de Bernstein, de que a questão agrária foi encerrada na atual fase do desenvolvimento do capitalismo no campo, e reiteraram a rejeição à perspectiva do Norte como um devir para o Sul. O argumento foi, novamente, a crítica à economia política marxista clássica, que sustentou o “mito da industrialização” como objetivo fundamental de transformação social e econômica, seguindo a trajetória histórica dos países centrais do Norte. Moyo, Jha e Yeros (2013) consideraram essa

perspectiva como um “mito/ilusão”, que relaciona a industrialização à superação do “atraso” e à resolução da questão agrária. Os editores destacaram que essa é uma ideia extremamente resistente, base para a modernidade eurocêntrica (Moyo, Jha e Yeros, 2013, p. 94).

Os editores criticaram a perspectiva na qual o atraso foi posto como uma característica das sociedades não europeias, e a industrialização como um fim em si mesmo a ser alcançado pelas economias periféricas. Eles fizeram uma referência à posição de Byres; ressaltaram que ele foi um dos “estudiosos influentes e de mente aberta”, mas que recolocou o axioma atraso/industrialização no debate marxista. Os editores do AS apontaram, no artigo, que o resultado desse processo foi “a exportação da questão agrária do Norte para o Sul”. Conforme destacaram Moyo, Jha e Yeros (2013), Bernstein considerou que a questão agrária clássica foi incorporada pela questão agrária do trabalho, na qual os produtores despossuídos da agricultura são transformados em trabalhadoras e trabalhadores não agrícolas ou industriais. Em decorrência disso, Bernstein propôs o desbloqueio das restrições ao capital por meio do abandono da reforma agrária, argumento contraposto pelos autores do artigo, por se tratar de uma ruptura enganosa e de *uma leitura errada dos ‘clássicos’* (Moyo, Jha e Yeros, 2013, p. 101).

Em sentido oposto, Moyo, Jha e Yeros (2013) opinaram que a questão agrária é mantida viva pelos movimentos sociais do campo e “intelectuais camponeses”, e que a reforma agrária é uma *solução moderna para as múltiplas crises do nosso tempo* (Moyo, Jha e Yeros, 2013, p. 94). Segundo eles, tais processos sociais têm como protagonistas camponeses de diversas nacionalidades que lutam contra a expropriação de suas terras por governos nacionais em favor de empresas estrangeiras.

O artigo de Moyo, Jha e Yeros (2013) foi o momento mais acirrado da controvérsia. Os editores do AS demarcaram posições teóricas e políticas, retomando os pontos-chave do debate com referências diretas aos seus oponentes na controvérsia, Bernstein e Byres. A criação do AS foi uma estratégia editorial para reabrir a controvérsia ante as tentativas de seus oponentes de fechá-la. Com isso, a controvérsia foi reaberta, passando a ter um periódico que possui linha editorial favorável às demandas cognitivas e políticas de intelectuais do “Sul Global”.

Geopolíticas e hierarquias cognitivas

A controvérsia, como se pode notar na interpretação dos editores do AS, é, em síntese, geopolítica. Seguindo-os, mas tomando uma posição agnóstica quanto às partes, podemos afirmar que a geopolítica da circulação do conhecimento, a partir do AS, possui três dimensões bem delimitadas: 1 – reconhecimento de pesquisadoras e pesquisadores da “periferia”, do “Sul”; 2 – reconhecimento dos objetos dos contextos “periféricos” do capitalismo, que não se enquadram nas teorias do *mainstream*; 3 – reconhecimento da produção de teorias e abordagens “próprias do Sul” para demarcar as nuances empíricas da questão agrária. Essas dimensões, a depender dos graus em que aparecem nos artigos, contribuem para as chances de pesquisadores e pesquisadoras do Sul encontrarem abrigo editorial a suas publicações em periódicos temáticos sobre a questão agrária e fortalecerem sua participação no debate internacional. Nesse sentido, não se pode pesquisar sobre controvérsias científicas, sem levar em conta relações, práticas, contextos e interesses das partes contendentes.

Argumentamos que as três dimensões acima são fundamentais para compreender controvérsias científicas que trazem declaradamente pesquisadoras e pesquisadores, objetos e teorias que, de forma incontornável, são marcadas por seu “lugar geopolítico”, principalmente quando o fluxo vai na direção “Sul-Norte”. Observamos “gargalos” editoriais

que dificultam, ou impedem, um tratamento simétrico às divergências de interpretação do mesmo objeto, no caso, a questão agrária.

Interessa também retomar um ponto caro ao debate da geopolítica do conhecimento, quando se discutem as questões das hierarquias cognitivas. Nesse debate, muitas vezes acusatório, o “Norte” tem aparecido, no âmbito das teorias pós-coloniais (Quijano, 1997; Mignolo, 2002), como reificador de *métrica para práticas e discursos de comparação, que inferiorizam e tornam periféricos, em diversas dimensões e esferas, outros padrões não convergentes de forma igualmente ontológica e exclusiva* (Dutra, 2020, p. 261). Como vimos, foi este o caso, no debate da questão agrária.

No entanto, deve-se ressaltar, o discurso dos pesquisadores “do Sul” não se limitou somente às acusações de *imperialismo acadêmico inflexível, [...] cheio de silêncios, evasões e desprezo por pesquisadores e debates no Sul* (Yeros, 2012, p. 346) que participavam da controvérsia. Moyo, pesquisadoras e pesquisadores, ao fundarem o AS, buscaram estratégias para superar interpretações consolidadas em contextos acadêmicos que não os “do Sul”, que tendiam a reificar seus próprios padrões de desenvolvimento rural, tratando como “atrasadas” e “residuais” outras formas de vivências, sociabilidades e experiências rurais. A fundação do AS foi, portanto, uma estratégia para se contrapor às iniciativas de fechamento da controvérsia por meio do abandono do debate (Collins & Pinch, 2003), dando espaço às reivindicações cognitivas de validade de interpretações não alinhadas ao *mainstream* dos Estudos Rurais.

As pesquisadoras e os pesquisadores que fundaram o AS tinham, e ainda têm, conexões com o “Norte”, incluindo formas de colaboração com financiadores. No entanto, moveram a controvérsia para outros domínios, buscando dela participar em termos mais igualitários, cognitiva e editorialmente. Assim, quando se trata de assimetrias cognitivas, o caso aqui referido significou uma passagem conceitual da ideia de “imitação/subordinação” para a de “criação”, seja editorial, seja teórica. Isto significa que a abordagem das assimetrias cognitivas e das controvérsias do conhecimento científico *deveria observar mais detalhadamente as negociações e estratégias criativas que os cientistas realizam em seus cotidianos profissionais, levando, não raras vezes, à contestação* (Neves, 2020, p. 173).

Considerações finais

O processo editorial é um mecanismo social fundamental para compreender a abertura e o fechamento de controvérsias científicas. A análise do desenrolar de controvérsias, por meio de suas fases, possibilita examinar como as diferentes posições e argumentos são evidenciados ou omitidos na disputa a partir da atuação de editoras e editores.

O processo editorial em periódicos científicos pode ser um dos meios para interferir na prevalência de posições em uma controvérsia, seja silenciando, seja evidenciando interpretações em questão. A repercussão na comunidade ou disciplina científica poderá consolidar perspectivas sobre a controvérsia e como tornar referência uma das posições. Assim, uma posição se sobreporá à outra, que deixará de ser lembrada, pelo menos por um tempo. A análise da fase de acompanhamento da revisão por duplo cego demonstrou como a leitura e os comentários da editora ou do editor dos periódicos podem interferir nos conteúdos e argumentos. A fase de definição de números especiais de periódicos indicou que editoras e editores podem evidenciar temas na agenda de debates, ao tempo que são destacados argumentos e posições em artigos publicados.

A análise do desenrolar da controvérsia sobre o papel do campesinato na questão agrária em periódicos científicos evidenciou essas questões editoriais por meio da atuação de participantes do debate. No lançamento da controvérsia, editores com posições divergentes possibilitaram que diferentes perspectivas fossem publicadas. Na tentativa de

fechamento da controvérsia, um dos editores influenciou os argumentos de um número especial sobre o tema, ao participar intensamente do processo editorial e ao comentar e selecionar artigos convergentes com seus argumentos.

A retomada da controvérsia também ocorreu a partir da mediação de editor que interferiu para que, em um mesmo número especial, diferentes posições no debate fossem apresentadas. Esta estratégia contemplou posições que estiveram desprivilegiadas e silenciadas pelos meios de divulgação da área. Por fim, a controvérsia foi retomada por meio do lançamento de um novo periódico que fortaleceu posições e argumentos desfavorecidos pelas estratégias editoriais dos periódicos anteriores. O lançamento do novo periódico evidenciou diferentes lugares de produção do conhecimento e contextos de pesquisa; a saber, os países periféricos, as lutas de resistência camponesas e o desenvolvimento desigual e contraditório da questão agrária no “Sul Global”.

Nesta fase da controvérsia, as posições assumidas por editoras e editores no debate relacionam-se ao “lugar geopolítico” que estes assumem na observação e na interpretação de contextos; ou seja, o conhecimento que produzem é contextualizado nas realidades de países centrais ou de países periféricos. Assim, também ocorre uma retomada da controvérsia a partir de fenômenos sociais concretos que se manifestam no contexto periférico. Trata-se de um argumento surgido no decorrer deste trabalho, que é promissor para pesquisas futuras e na análise da política editorial em periódicos de circulação internacional.

Por fim, diferentes modos de atuação de editoras e editores foram identificados para omitir ou evidenciar posições na controvérsia, direcionando-a para o encerramento ou a continuidade do debate em momentos distintos. Deste modo, argumentamos que o estudo sociológico da dinâmica das controvérsias científicas não pode prescindir deste importante elemento que é a atuação de editoras e editoras na consolidação de temas, teorias e práticas nos periódicos científicos.

Bibliografia

- ALEXANDER, Jocelyn & MCGREGOR, Jo Ann. (2001), “Elections, Land and the Politics of Opposition in Matabeleland”. *Journal of Agrarian Change*, 1, 4: 510-533. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-0366.00016>.
- BERNSTEIN, Henry. (2004), “Changing before our very eyes: agrarian questions and the politics of land in capitalism today”. *Journal of Agrarian Change*, 4, 1-2: 190-225. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2004.00078.x>.
- BOURDIEU, Pierre. (1983), “O campo científico”, in R. ORTIZ (org.), *Bourdieu*, São Paulo, Ática.
- BYRES, Terence. (1991), “Agrarian question”, in T. Bottomore (ed.), *A Dictionary of Marxist Thought*, Oxford, Basil Blackwell.
- CHAMBATI, Walter. (2011), “Restructuring of agrarian labour relations after Fast Track Land Reform in Zimbabwe”. *The Journal of Peasant Studies*, 38, 5: 1047-1068. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.632088>.
- COLLINS, Harry (1974), “The TEA set: Tacit knowledge and scientific networks”, *Science Studies*, 4, 165-186. <http://www.jstor.org/stable/284473>
- COLLINS, Henry. (2011), *Mudando a ordem: replicação e indução na prática científica*, Belo Horizonte, Fabrefactum.
- COLLINS, Henry. (1981), “Stages in the empirical program of relativism”. *Social Studies of Science*, 11, 1: 3-10. DOI: <https://doi.org/10.1177/030631278101100101>.
- COLLINS, Henry & PINCH, Trevor. (2003), *O Golem: o que você deveria saber sobre ciência*, São Paulo, Editora Unesp.

- CORRIGAN, Philip. (1975), "On the politics of production: a comment on 'peasants and politics' by Eric Hobsbawm". *The Journal of Peasant Studies*, 2, 3: 341 – 349. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066157508437940>.
- COUSINS, Ben. (2006), "Debating the Politics of Land Occupations". *Journal of Agrarian Change*, 6, 4: 584-597. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1471-0366.2006.00135.x>.
- CRANE, Diana. (1967), "The Gatekeepers of Science: Some Factors Affecting the Selection of Articles for Scientific Journals". *The American Sociologist*, 2, 4: 195-201. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/27701277>, consultado em 21/06/2021.
- DUTRA, Roberto. (2020), "Por uma sociologia sistêmica pós-colonial das diferenças no interior da sociedade mundial moderna". *Revista Sociedade e Estado*, 35, 1. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010011>.
- EDITORIAL. (2012), "The Agrarian Question: Past, Present and Future". *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 1, 1. DOI: <https://doi.org/10.1177/227797601200100101>.
- HAMMAR, Amanda. (2001), "'The Day of Burning': Eviction and Reinvention in the Margins of Northwest Zimbabwe". *Journal of Agrarian Change*, 1, 4: 550-574. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-0366.00018>.
- HOBSBAWM, Eric. (1975), "Reply". *The Journal of Peasant Studies*, 2, 3: 349 – 351. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066157508437941>.
- HOBSBAWM, Eric. (1973), "Peasants and politics", *The Journal of Peasant Studies*, 1, 1: 3-22. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066157308437870>.
- HUGHES, David McDermott. (2001), "Rezoned for Business: How Eco-Tourism Unlocked Black Farmland in Eastern Zimbabwe". *Journal of Agrarian Change*, 1, 4, 575-599. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-0366.00019>.
- LAHIFF, Edward & COUSINS, Ben. (2001), "The Land Crisis in Zimbabwe Viewed from South of the Limpopo". *Journal of Agrarian Change*, 1, 4: 652-666. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-0366.00022>.
- LATOUR, Bruno. 2000, *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*, São Paulo, Editora UNESP.
- LEBERT, Tom. (2006), An introduction to land and agrarian reform in Zimbabwe, in: P. ROSSET; R. PATEL; M. COURVILLE, *Promised land: competing visions of agrarian reform*, Oakland, Food First.
- MARONGWE, Nelson. (2011), "Who was allocated Fast Track land, and what did they do with it? Selection of A2 farmers in Goromonzi District, Zimbabwe and its impacts on agricultural production". *The Journal of Peasant Studies*, 38, 5: 1069-1092. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.636483>.
- MATTEDI, Marcos. (2006), *Sociologia e conhecimento: introdução à abordagem sociológica do problema do conhecimento*, Chapec, Argos.
- MIGNOLO, Walter. (2002), "The geopolitics of knowledge and the colonial difference". *The South Atlantic Quarterly*, 101,1: 57-96. DOI: <https://doi.org/10.1215/00382876-101-1-57>.
- MOYO, Sam. (2011), "Changing agrarian relations after redistributive land reform in Zimbabwe". *The Journal of Peasant Studies*, 38, 5: 939-966. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.634971>
- MOYO, Sam; Jha, Praveen & YEROS, Paris. (2013), "The Classical Agrarian Question: Myth, Reality and Relevance Today". *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 2, 1: 93-119. DOI: <https://doi.org/10.1177/2277976013477224>.
- MOYO, Sam & YEROS, Paris. (2005), *Reclaiming the Land: The resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America*, Londres, Nova Iorque, Cidade do Cabo, Zed Books.

- MURISA, Tendai. 2011, "Local farmer groups and collective action within Fast Track Land Reform in Zimbabwe". *The Journal of Peasant Studies*, 38, 5: 1145-1166. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.634502>.
- NEVES, Fabrício. (2020), Resenha de F. COLLYER; R. CONNELL; J. MAIA& R. MORELL. (2019). "Knowledge and Global Power: Making New Sciences in the South", *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 122. Disponível em <http://journals.openedition.org/rccs/10803>, consultado em 22/06/2021.
- NYAMBARA, Pius. (2001), "The Closing Frontier: Agrarian Change, Immigrants and the 'Squatter Menace' in Gokwe, 1980-1990s". *Journal of Agrarian Change*, 1, 4: 534-549. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-0366.00017>.
- PINCH, Trevor & BIJKER, Wiebe. (2013), "La construcción social de hechos y de artefactos: o acerca de cómo la sociología de la ciencia y la sociología de la tecnología pueden beneficiarse mutuamente", in H. THOMAS, H. & A. BUCH, *Actos, actores y artefactos: sociología de la tecnología*, Bernal, Universidad Nacional de Quilmes.
- QUIJANO, Anibal. (1997), "Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina". *Anuario Mariateguiano*, 101, 1: 113-122. Disponível em <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6042/1/RFLACSO-ED44-17-Quijano.pdf>, consultado em 22/06/2021.
- RUTHERFORD, Blair. (2001), "Commercial Farm Workers and the Politics of (Dis)placement in Zimbabwe: Colonialism, Liberation and Democracy". *Journal of Agrarian Change*, 1, 4: 526-551. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-0366.00021>.
- SCOONES, Ian et al. (2011), "Zimbabwe's land reform: challenging the myths". *The Journal of Peasant Studies*, 38, 5: 967-993.
- SCOONES, Ian et al. (2010), *Zimbabwe's Land Reform: Myths and Realities*, Harare, Weaver Press.
- SHANIN, Teodor. (1973), "The nature and logic of the peasant economy 1: a generalization", *The Journal of Peasant Studies*, 1, 1: 63-80, 1973. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066157308437872>.
- Suzuki, Yuka. (2001), "Drifting Rhinos and Fluid Properties: The turn to wildlife production in Western Zimbabwe". *Journal of Agrarian Change*, 1, 4: 600-625. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-0366.00020>.
- Worby, Eric. (2001), "A redivided land? New agrarian conflicts and questions in Zimbabwe". *Journal of Agrarian Change*, 1, 4: 475-666. DOI: <https://doi.org/10.1111/1471-0366.00015>.
- YEROS, Paris. (2012), Book Review: BERNSTEIN, H. (2010). Class dynamics of agrarian change. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, 1, 3: 342-346. <https://doi.org/10.1177/227797601200100305>.
- ZAMCHIYA, Phillan. (2011), "A synopsis of land and agrarian change in Chipinge district, Zimbabwe". *The Journal of Peasant Studies*, 38, 5: 1093-1122. DOI: <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.633703>.